

A alavanca da cooperação

“Solidários, seremos união. Separados uns dos outros, seremos pontos de vista. Juntos, alcançaremos a realização de nossos propósitos.” A célebre frase do médico, escritor e político cearense, Bezerra de Menezes, descreve bem a iniciativa implementada pelo TJMG, que ilustra a matéria de capa desta edição. O Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE) reúne profissionais capacitados, que, por meio da troca de experiências e inovação, trabalham para promover a celeridade e a produtividade, em varas de todo o Estado que estão com acervos altos. Conheça o projeto e outras iniciativas que fazem da união a força do Judiciário mineiro.

Páginas 4 a 6

Publicação da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH – DEZEMBRO – 2015
ANO 23 – NÚMERO 211



Esforço conjunto melhora a atuação da Justiça

O Judiciário mineiro vem, ao longo dos últimos anos, buscando soluções para garantir a prestação da justiça ao cidadão de forma eficaz e célere. Nem sempre as alternativas encontradas estão relacionadas ao aumento de pessoal e de recursos, saída que esbarra em limitações orçamentárias. Em muitos casos, potencializar as ferramentas disponíveis e criar mecanismos para que a estrutura existente torne-se mais eficiente são os caminhos mais adequados para melhorar os resultados. Esse é o caso do **Programa de Apoio Emergencial às Comarcas, o PAE**, iniciativa que está detalhada nas páginas desta edição.

Por meio do **PAE**, comarcas com grande número de processos recebem apoio para desafogar seus acervos. O programa prevê três linhas de ação: a intervenção localizada, em que equipes se deslocam até as comarcas escolhidas para uma força-tarefa; o mutirão para a prolação de sentenças, em que processos são encaminhados para juízes cooperadores de outras comarcas; e o plano de ação gerencial, que consiste no acompanhamento das ações que devem ser mantidas para garantir a produtividade.

O trabalho conjunto em prol de um objetivo é o tema também de outras duas matérias desta edição. Na página

3, a reportagem mostra o resultado da união entre a comunidade e a Justiça, na comarca de Santa Bárbara, na região central do Estado. O projeto **Viramundo**, desenvolvido na Escola Estadual Rodrigo de Castro Moreira Pena, transformou o ambiente escolar, envolvendo alunos, famílias, professores e a sociedade. Atitudes positivas dos estudantes passaram a ser computadas para gerar premiações.

A iniciativa deu novo significado e valor às boas atitudes, modificando um cenário anteriormente marcado pela violência, desrespeito, tráfico de drogas e baixa frequência escolar. Os resultados positivos foram sentidos até na justiça local, como mostram as estatísticas relacionadas à prática de atos infracionais de adolescentes.

Nas páginas 10 e 11, os esforços de magistrados e servidores deram vida ao **TJ Criança Abriga**, instituição que completa 15 anos atendendo crianças, entre 3 e 6 anos, da capital. Retiradas do convívio familiar por motivos diversos, elas recebem, no centro de acolhimento, tratamento psicológico, médico e odontológico, além de reforço escolar e alimentação balanceada.

A edição de dezembro traz ainda informações sobre a implantação do

Processo Judicial eletrônico (PJe) no Estado e uma entrevista com a psicóloga Laura Cristina Eiras Coelho Soares, que fala sobre os desafios enfrentados por pais, filhos, enteados, madrastas e padrastos, diante das configurações familiares da sociedade contemporânea.

Na página 12, a matéria revela o talento dos magistrados que integram a *On The Roof Band*. O grupo musical começou sua trajetória tocando na casa de amigos. Aos poucos, os convites foram surgindo para novas apresentações que culminaram na realização de *shows* com cunho beneficente.

A página 7 traz informações sobre a segunda *Cantata de Natal* do TJMG, que será realizada no dia 12 de dezembro, às 19h30, no Palácio da Justiça. O evento, que integra o calendário oficial de festividades do município de Belo Horizonte, vai reunir o *Coral* e a *Orquestra Infantojuvenil* da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj). Crianças e adolescentes vão ocupar os janelões e a escadaria para apresentar canções natalinas, em um espetáculo de música, beleza e cidadania.

Boa leitura!

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt
Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessora de Comunicação

Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisor:

Waldir Barcerlos

Design Gráfico:

Cristina Baia Marinho

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

PJe

Expansão 2015

Seguindo o cronograma estabelecido para 2015, o PJe foi implantado nas comarcas de Teófilo Otoni e Caratinga no último dia 30 de novembro. Estas comarcas se somam às outras 23 que já contam com o processo eletrônico como padrão de movimentação processual.

Para 2016, estão previstas a implantação do processo eletrônico nas comarcas de Governador Valadares, Uberlândia, Uberaba e Itabira. Os integrantes do Comitê Gestor do PJe têm analisado quais outras metas atingir. Há estudos para implantar o novo sistema em diversas unidades do TJMG, inclusive na Turma Recursal dos Juizados Especiais em Belo Horizonte e em outras localidades, bem como em mais duas comarcas de Segunda Entrância.

Desde o último dia 16 de novembro, todas as demandas de suporte e dúvidas passaram a ser encaminhadas ao Portal de Serviços de Informática. Há a previsão para a substituição dos canais de *e-mail* e *Fale conosco* para o Portal, a partir de 07 de janeiro de 2016.



Maximyrá Aparecida da Luz Silva, Marco Aurélio Alves Pêgo e outros alunos realizam um mutirão de limpeza na Escola Estadual Rodrigo de Castro, sob a supervisão de Ana Lúcia de Souza (centro)

Reencontro com o valor

Comunidade e Justiça de Santa Bárbara se unem pelo resgate da paz escolar

Lígia Tolentino

Um clima de preocupação e insegurança dominava professores, pais e comunidade ligados à Escola Estadual Rodrigo de Castro Moreira Pena, na cidade de Santa Bárbara, região central do Estado. Ocorrências como violência entre os alunos, faltas às aulas, desrespeito a funcionários e ao patrimônio, além do uso e comércio de drogas, faziam parte da rotina. E já que a questão preocupava e atingia a todos, encontrar a saída era algo que só se faria coletivamente.

Procurado pela equipe escolar, o juiz da comarca, José Afonso Neto, reuniu-se com representantes do colégio, da Secretaria de Educação, conselho tutelar, Guarda Municipal, Polícia Militar e Ministério Público, para definir uma estratégia de recuperação da escola e de resgate de valores. Surgia ali o **Projeto Viramundo**. Por meio de um sistema de débito e crédito, os estudantes são avaliados e recompensados pelo respeito à escola e aos colegas. O magistrado explica que o objetivo da iniciativa é ressignificar o valor das boas atitudes. “Além de termos um controle mais rígido, vislumbramos a necessidade de transformar a escola também em um ambiente atrativo para os alunos, já que o mundo, fora do ambiente escolar, chama-os, iludindo-os”, analisa José Afonso Neto.

Moeda de troca

O projeto funciona através da aquisição e da perda de dracmas, unidade monetária simbólica da

iniciativa. Todos os alunos receberam um crédito inicial de 500 dracmas, perdidas quando cometem infrações, avaliadas conforme um regulamento organizado pela coordenação. Atitudes positivas, como assiduidade, pontualidade, participação em atividades escolares e boas notas resultam em dracmas conquistadas. Quinzenalmente, os resultados parciais são divulgados. No final do ano, os 50 alunos com maior número de dracmas serão premiados, com recompensas oferecidas pela comunidade escolar e empresários locais.

O **Projeto Viramundo** foi iniciado em agosto deste ano e, na opinião da vice-diretora da escola e coordenadora da iniciativa, Ana Lúcia de Souza, transformou a vivência escolar: “A mudança de comportamento entre os alunos é tão notória que o **Viramundo** está sendo considerado um divisor de águas na escola. Hoje, não é raro nos referirmos a uma escola ‘antes do projeto’ e a uma escola ‘depois do projeto.’” Os resultados positivos já são sentidos para além dos muros do colégio, alcançando, inclusive, a justiça local. “Os impactos já são reais. Os mesmos alunos indisciplinados eram também os sujeitos que figuravam em processos por atos infracionais no Judiciário. As mesmas histórias contadas pelos professores já reverberavam na Justiça. Assim, um ambiente escolar mais seguro, tranquilo e que impulsiona os alunos para o caminho do bem, sem muitos cálculos, impacta na redução da violência pelos adolescentes”, repensou o juiz.

A ideia agora é difundir a iniciativa para outras escolas da comarca e ampliar também o significado da Justiça, lutando pela justa oportunidade de estudar. “A missão do Judiciário não deve reduzir-se ao trabalho de gabinete, isolado, do magistrado, sem contato com o mundo que o cerca. A vida não se acomoda em processos e procedimentos, ela os supera”, afirma o juiz diretor do foro de Santa Bárbara, José Afonso Neto. Convicção partilhada por Ana Lúcia de Souza: “Um projeto como o **Viramundo** coloca em evidência todos os responsáveis pela educação. O Estado, a família, a sociedade e, acima de tudo, o próprio aluno. A escola, quase sempre, lutou sozinha para vencer seus desafios. O **Viramundo** dividiu responsabilidades e mostrou que a educação precisa e pode ser feita de forma diferente. Hoje, a escola tem parceiros em todos os cantos da cidade e sempre surge mais um”.

A Dracma

Antiga unidade monetária encontrada em muitas cidades-estados gregas, além de reinos do médio oriente do período helenístico, a Dracma foi a moeda utilizada por mais tempo na história ocidental, sendo substituída na Grécia apenas em 2002, quando o país passou a integrar a zona do euro.

Todos por um

TJMG implanta programa de apoio a comarcas com grandes acervos

Francis Rose e Lígia Tolentino

Minas Gerais é o quarto maior estado brasileiro em extensão territorial. São quase 600 mil quilômetros quadrados de área. Somos também aproximadamente 21 milhões de mineiros, o que nos coloca como o segundo estado mais populoso do país, atrás apenas de São Paulo. Considerando a organização judiciária, Minas possui hoje 296 comarcas, atendidas por 921 juizes. Cada um deles recebe, em média, 222 novos processos por mês. Apesar de dedicados a cenários diversos em uma Minas Gerais múltipla em características e necessidades, magistrados e servidores encontram, na união e troca de experiências, saídas para melhorar continuamente seus resultados e alcançar um objetivo comum a todos: servir melhor a sociedade.

Para aumentar a celeridade e a produtividade, em varas de todo o Estado que estão com acervos

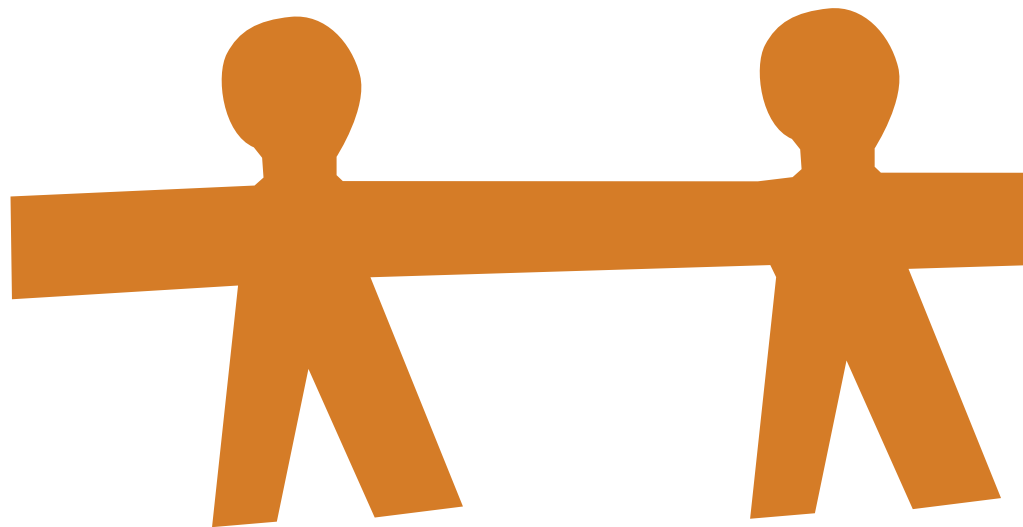


Coração de Jesus e Presidente Olegário receberam a visita das equipes compostas por juizes e servidores.



altos, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais criou o **Programa de Apoio Emergencial às Comarcas (PAE)**. As duas primeiras comarcas a serem contempladas pelo programa são Coração de Jesus, no norte de Minas, e Presidente Olegário, no noroeste. Uma equipe visitou Coração de Jesus durante o mês de novembro. Já Presidente Olegário recebe neste mês a visita do programa.

Dentro do PAE, estão previstos três tipos de ações: a intervenção localizada, em que equipes se



deslocam até as comarcas escolhidas; o mutirão para a prolação de sentenças, em que alguns processos são encaminhados para juizes cooperadores de outras comarcas proferirem decisão; e o plano de ação gerencial, que consiste em um instrumento destinado ao acompanhamento das ações. “Ao instituir o PAE, o Tribunal pretende, com método, planejamento e a colaboração dos magistrados, reduzir o acervo de processos em tramitação no Estado”, afirma o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes.

No caso da intervenção localizada, as ações serão concentradas em varas ou unidades jurisdicionais com expressivo represamento de processos. As equipes de juizes e servidores se deslocarão até os locais para realizarem audiências de conciliação e de instrução, além de julgamentos e prolação de sentenças. Os juizes enviados às comarcas serão designados em regime de cooperação.

Mutirão

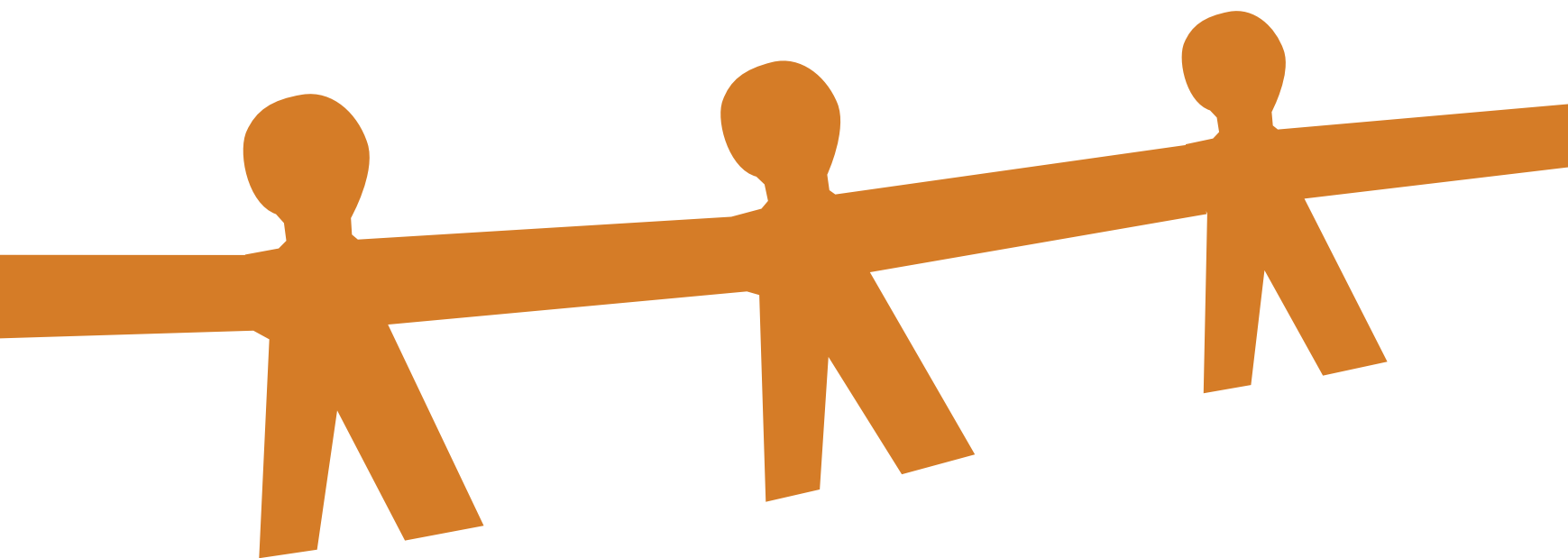
Outra linha de ação do PAE será o mutirão de prolação de sentenças, opção que vai priorizar as comarcas com elevado acervo de processos em fase de decisão. Nesse caso, os processos selecionados serão enviados a juizes cooperadores de outras comarcas, via malote postal (se não forem processos judiciais eletrônicos).

Já o plano de ação gerencial, a ser elaborado pelos juizes que atuarão como coordenadores executivos do PAE, trará informações a serem usadas na gestão, na orientação e no acompanhamento das ações. A partir do que for identificado em visitas prévias, no exame de relatórios estatísticos e no diagnóstico levantado em cada vara analisada, os coordenadores poderão identificar unidades que precisam de apoio e juizes que estejam em condições de participar como cooperadores, bem como outros dados relevantes para o trabalho.

A portaria 3.243/2015 do TJMG designou como coordenadores executivos do PAE os juizes Lílian Maciel Santos e Lisandre Borges Fortes da Costa Figueira, auxiliares da Presidência, Francisco Ricardo Sales Costa, auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, e Marcelo Rodrigues Fioravante, coordenador dos juzados especiais de Belo Horizonte. “Buscamos traçar um plano de ação para socorrer as comarcas que estão com acervo acumulado. Serão mapeados os problemas e será estabelecido um cronograma de ações”, diz a juíza Lílian Maciel Santos.

Planejam ento

O juiz Marcelo Fioravante afirma que o PAE foi elaborado a partir do elevado espírito de solidariedade de muitos juizes mineiros, bem como de outras experiências exitosas do TJMG. “O PAE pretende auxiliar aquelas comarcas que enfrentam inúmeras



Divulgação

adversidades e registram expressivo represamento de processos. É um programa de atuação pontual e de repercussão muito positiva para a comarca acolhida”, explica.

Em Coração de Jesus, um dos objetivos é orientar a equipe local. Também serão levantados os processos que estão há mais de quatro anos sem julgamento para serem remetidos aos juízes que vão colaborar com a prolação de sentenças.

Produtividade

O juiz Marcus Vinícius Mendes do Valle, um dos apoiadores da iniciativa em Coração de Jesus, diz que o Estado tem um grande número de comarcas com resultados deficitários. “Queremos orientar as secretarias, de forma que elas alcancem uma boa produtividade. É preciso trabalhar bem, com mais qualidade e agilidade”, explica. O magistrado acredita que o programa é inovador e que gera o compartilhamento de conhecimento.

O juiz Marcos Antônio Ferreira, que atua na 2ª Vara de Família de Montes Claros e responde pela comarca de Coração de Jesus, afirmou que o PAE é uma iniciativa pioneira do Tribunal. “As ações são imprescindíveis para garantir a regularização do serviço. Na comarca, todos estão mobilizados com o objetivo de garantir o êxito do projeto”, ponderou.

■ Magistrados e servidores estão mobilizados em prol das ações que estão sendo desenvolvidas em Coração de Jesus

Um por todos

Enquanto o Programa de Apoio Emergencial às Comarcas trabalha para ampliar seu atendimento, iniciativas locais, resultado da aproximação entre magistrados e servidores, também inovam práticas e garantem bons resultados.

Em Abaeté, região central de Minas, a juíza Rachel Cristina Silva Viégas mobilizou competências para atender com eficiência a prestação jurisdicional. Hoje, a comarca recebe a cada mês, 300 novos processos. Despertar a motivação da equipe para atender a demanda e ainda reduzir o acervo foi a chave: “Eu precisava contar com o apoio dos servidores para dar celeridade aos processos, já que, sem o apoio incondicional deles, eu não conseguiria mudar a realidade. Os servidores são espe-

ciais pra mim, pois sem eles eu não consigo alcançar as metas” contou a magistrada, que deu voz à sua equipe para detectar e solucionar entraves ao andamento dos processos. “Na última semana do servidor, uma psicóloga fez uma dinâmica com os servidores e pediu que escrevessem em um papel aquilo que sentiam quando iam para o trabalho e a maioria escreveu ‘satisfação’. Está aí o segredo para o sucesso”, comemorou, informando ainda que o acervo processual diminuiu de 8000, para 7200 processos em dois anos, além do notável aumento na celeridade e da diminuição de erros operacionais. “Os jurisdicionados e advogados da comarca já me relatam que, atualmente, os processos estão tramitando com maior agilidade”, destacou.

Em Lavras, na região do Campo das Vertentes, a parceria com servidores também figurou entre as iniciativas implementadas pelo juiz

Rodrigo Melo Oliveira, que responde pela 1ª Vara Cível da cidade e pela comarca de Itumirim. “Não há como se buscar um aumento da produtividade de uma vara sem entender o funcionamento da respectiva secretaria e conhecer as aptidões e qualidades dos servidores de sua equipe”, ponderou o magistrado, que, com sua equipe, estudou as rotinas, estabeleceu metas e implementou uma rotina de acompanhamento de tarefas, para detectar e solucionar dificuldades. Em 2015 o acervo de processos ativos na 1ª Vara Cível de Lavras foi reduzido, de quase 5 mil para aproximadamente 4 mil processos até o final de outubro. O magistrado, que é também presidente da Turma Recursal de Lavras, destacou o esforço conjunto de magistrados e servidores ligados à equipe, que possibilitou a redução real do acervo processual em mais de 50%, mediante a baixa de 1.510 processos em dez meses.

Ivan Silva



■ O juiz Marcos Antônio Ferreira e a escritã, Daniela Rocha Gonçalves, lideram a equipe na implantação das iniciativas

Renata Caldeira



■ A juíza auxiliar da presidência do TJMG, Lilian Maciel Santos, é uma das coordenadoras executivas do PAE





Este ano, o Palácio da Justiça será iluminado com 10 mil microlâmpadas brancas, além de um equipamento que simula a neve caindo

Renata Caldeira

TJ promove segunda Cantata de Natal

Francis Rose

Os moradores de Belo Horizonte serão brindados, pelo segundo ano consecutivo, com a *Cantata de Natal* do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Em 12 de dezembro, às 19h30, 190 crianças que integram o *Coral* e a *Orquestra Infantojuvenil* estarão nos janelões e na escadaria do Palácio da Justiça para apresentar diversas canções natalinas. O evento integra o calendário oficial do município. O grupo de crianças e adolescentes prepara-se para a apresentação desde julho deste ano. A primeira *Cantata de Natal*, realizada em 2014, atraiu um público de 2 mil pessoas.

Este ano, o público será surpreendido com novidades. Os pequenos artistas, por sua vez, ansiosos por mostrar o talento musical lapidado ao longo dos últimos meses, também terão surpresas. Tudo está sendo planejado com muito carinho e cuidado para dar visibilidade ao público atendido pela Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG e para presentear a comunidade de Belo Horizonte com um espetáculo de beleza e de cidadania.

O coral do TJ é integrado por crianças e adolescentes das escolas Estadual Dona Augusta, Municipal Ulysses Guimarães e Integrada da Prefeitura de Belo Horizonte, localizadas na comunidade do Morro do Papagaio, na capital. Já a orquestra é formada por filhos de servidores do Judiciário, jovens que vivem em instituições de acolhimento da cidade, que são ligados à Associação Profissionalizante do Menor (Assprom) e que pertencem à comunidade em geral. A formação eclética do grupo traz muitos ganhos, permitindo a convivência entre crianças e adolescentes que vivem realidades diferentes. Vários participantes encontram-se em situação de vulnerabilidade social.

Celebração

“Nossa expectativa para este ano é a melhor possível. Estamos esperando uma repercussão ainda maior do que a alcançada no ano passado. As crianças estão ansiosas, dedicando-se ao máximo aos ensaios”, conta o superintendente da Coinj, desembargador Wagner Wilson. Segundo ele, a realização da *Cantata de Natal* é uma experiência de êxito, que só trouxe resultados positivos, tanto para as crianças quanto para o público da capital, que tem acesso a uma bonita e comovente celebração de Natal.



A Cantata é o ponto culminante do trabalho realizado com as crianças durante vários meses.



O magistrado lembrou que a apresentação integra as festividades oficiais do município. “As pessoas que assistiram à apresentação no ano passado ficaram marcadas por essa iniciativa. A cantata é o ponto culminante do trabalho realizado com as crianças durante vários meses”, diz.

A apresentação deste ano terá cerca de meia hora de duração. Entre as canções executadas estarão *Maria, Maria* e *Bom Natal*. Os integrantes do *Coral* e da *Orquestra Infantojuvenil* têm ensaiado para a cantata três a quatro vezes por semana. Como no ano passado, no dia da apresentação, as crianças e os adolescentes serão presenteados com uma mochila e com material escolar.

Iluminação

Para completar a festa de música e alegria, o Palácio da Justiça será iluminado pela Cemig. Este ano, 10 mil microlâmpadas brancas serão utilizadas no contorno dos janelões e no restante da fachada. O destaque será para o uso da tecnologia, com a instalação de tubos de *led snow*, que simulam a neve caindo. “A iluminação do Palácio é mais artística e exige cuidados, já que o prédio é tombado”, detalha o engenheiro eletricista Kelson Dias de Oliveira, coordenador da iluminação de Natal da Cemig.

Além das microlâmpadas e dos tubos *snow*, o prédio terá estrobos, que são lâmpadas que piscam de forma intermitente. As árvores em frente ao Palácio também estarão iluminadas com lâmpadas brancas de tom amarelado.

O *Coral* e a *Orquestra Infantojuvenil* do TJMG integram as ações da Coinj, órgão responsável por assessorar a Presidência do TJMG, a 2ª Vice-Presidência e a Corregedoria Geral de Justiça nos temas que envolvem crianças e adolescentes. Criada em 2010, a Coordenadoria oferece aulas de musicalização infantil, coral, instrumentos e inglês a crianças e adolescentes mineiros, muitos deles em situação de vulnerabilidade social.

Família, família: comunidade e criatividade para conviver

Manuela Ribeiro

Laura Soares é professora de Psicologia Social do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Doutora e mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem pós-graduação em Psicologia Jurídica pela mesma instituição e é autora do livro Pais e Mães Recasados - Vivências e Desafios no “Fogo Cruzado” das Relações Familiares, publicado pela Editora Juruá. A obra aborda impasses e soluções encontradas por famílias, cujos pais se separaram e recasaram, para estabelecer vínculos de harmonia e respeito em suas reestruturações. A estudiosa defende que uma família não se desfaz com o fim da conjugalidade e que pais e mães separados e recasados estarão diante do desafio de conduzir novas formações familiares.



Marcelo Albert

TJMG Informativo – Como equacionar as dificuldades de relacionamento nas famílias contemporâneas, que têm modelos tão variados?

Antes, existia no casamento uma hierarquização das individualidades, com a masculina sobrepujando a feminina. Atualmente, intenta-se que o casal seja regido pela igualdade, procurando conciliar o projeto individual com o conjugal. Nessa proposta, as questões devem ser debatidas respeitando-se as diferenças e atribuindo-se a mesma autonomia a ambos. O destaque dado à individualidade permite que o laço entre o casal se estabeleça por critérios pessoais. Assim, a dificuldade reside na construção da relação conjugal sem o apagamento da identidade, ou seja, manter a individualidade sem comprometer o estabelecimento da conjugalidade.

O que é preciso ter em mente diante da separação de um casal?

Em nossa sociedade, o modelo de família nuclear de primeira união permanece como o ideal almejado. Esse entendimento posiciona outros forma-

Laura Cristina Eiras Coelho Soares é autora de obra técnica sobre a dinâmica de famílias cujos pais e mães se separaram e se casaram novamente

tos, como fracassos, ou como espaços propícios para todo tipo de desvio. Apesar de separações e divórcios terem aumentado e a aceitação social dessas configurações ter mudado nas últimas décadas, ainda se observa que elas parecem não ter provocado os efeitos subjetivos de alguém nessa situação sentir-se parte de um formato de família válido. Além disso, como o modelo com a mãe como guardiã ainda é o mais frequente, os filhos costumam conviver com os padrastos, mas o contato com as madrastas tende a ser esporádico. Desta maneira, a relação do enteado com cada nova figura é construída de modo distinto. Porém, o convívio cotidiano pode ser percebido como oportunidade de estreitar laços. Devemos romper com a visão de que conflitos são exclusivos do recasamento: a família recasada não é

melhor nem pior do que a de primeira união, é apenas distinta e não pode ter suas particularidades desconsideradas.

Como minorar os atritos nessa nova dimensão de família?

O pai ou a mãe que elegeram outro cônjuge e trouxeram para o relacionamento um filho de união anterior devem posicionar-se como o elo familiar, pois nem o filho escolheu os parceiros de seus pais nem estes, o enteado. Pais e mães recasados relatam sentir-se, por vezes, “aparando arestas” ou “servindo de para-choque”. De fato, eles são fundamentais na aproximação entre padrasto, madrasta e enteado. A maneira como o padrasto ou a madrasta constroem o seu lugar tem relação com sua própria trajetória de vida, pois o recasamento não pode ser compreendido de forma deslocada

da história individual e familiar desses sujeitos. Os fatores, no contexto após separação e recasamento, são múltiplos. O recasado deve lembrar-se de que, às vezes, os filhos querem confidenciar algo para os pais sem compartilhar com o padrasto/madrasta. Logo, torna-se relevante abrir espaços de privacidade e aceitar que são relações diferentes. Toda relação interpessoal depende de um tempo, que varia em cada família, para ser consolidada. A preocupação maior é com a maneira pela qual os pais conduzem a passagem de família separada para família recasada. O modo como cada família se organiza diante das mudanças é singular, portanto, o profissional de psicologia precisa compreender os atravessamentos que envolvem o recasamento após o divórcio, a fim de apoiar cada grupo em sua especificidade.

Segundo o juiz Clayton Rosa de Resende, titular da 5ª Vara de Família da Capital, a mediação é importante para ajudar a solucionar litígios em família, principalmente quando se trata de ex-casais com filhos. Nesses casos, além das questões jurídicas, há complicações psicológicas e sociológicas que uma sentença, por ser bastante técnica, nem sempre resolve.

“Decide-se o valor da pensão, de quem será a guarda e por quanto tempo, quais os períodos de visita, mas isso não acaba, por exemplo, com o inconformismo pelo término de um relacionamento ou a mágoa e o ressentimento. Muitos chegam diante do magistrado mal orientados quanto às próprias condutas, movidos pelo desejo de ‘pirraçar’ ou ‘descontar’ o que sofreram no outro”, conta.

A oficina de parentalidade, conforme o juiz, é recomendável quando os ex-parceiros experimentam dificuldade de conviverem e dialogarem, o que é especialmente necessário quando existem filhos cujo bem-estar deve ser resguardado. “É um mecanismo que favorece o restabelecimento da comunicação interrompida, levando pais e mães a enxergarem o desentendimento de outra maneira.”

O juiz Clayton Resende é enfático quando se trata da eficácia do método: “Observamos o progresso nas audiências após os encontros. As equipes técnicas, compostas por psicólogos e assistentes sociais, têm a qualificação para mostrar que a relação precisa continuar existindo por causa dos filhos. Frequentemente, depois do trabalho com a mediação e as oficinas de parentalidade, as partes vêm com o acordo pronto, para o juiz apenas homologar”, explica.

A mediação e as oficinas de parentalidade são oferecidas no Fórum Lafayette, em Belo Horizonte.

E-mail mediacaolafayette@tjmg.jus.br
Telefones 3330-2851 / 3330-4326



Manuela Ribeiro

O juiz Clayton Resende defende que a oficina é oportunidade para os pais deixarem de lado as diferenças em prol dos filhos

TJ Criança Abriga completou 15 anos

A instituição de acolhimento para crianças de três a seis anos conta com o apoio

“Você tem mãe? E você também tem mãe?”, esse interesse em saber das nossas mães partiu de uma menina que sente muito a falta de uma mãe. Ela vive afastada do convívio familiar no centro de acolhimento para crianças *TJ Criança Abriga*.

Um grupo de servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) começou a se movimentar, no ano 2000, para fundar o *TJ Criança Abriga*. O primeiro passo foi conseguir o local que passou por uma reforma, com o apoio do setor de obras do TJMG, de doadores e voluntários. E, dois anos depois, o local estava pronto para receber as primeiras nove crianças das 158 que já passaram por lá.

“São histórias muito bonitas. É gratificante para nós saber que crianças que passaram pelo abrigo conseguiram seguir suas vidas. Dos pioneiros, dois moram na Itália e um na França. Eles foram adotados e hoje já estão com seus 18 anos em média”, lembra Itamar de Carvalho Ribeiro, dentista há 36 anos no TJMG, voluntário e sócio-fundador do *TJ Criança Abriga*.

No centro de acolhimento, as crianças recebem tratamento psicológico, médico, odontológico, frequentam a escola, são acompanhadas para fazer o dever de casa, fazem arte, recebem uma alimentação nutritiva e o cuidado das 14 profissionais que lá trabalham, entre elas, cuidadoras, assistente social, cozinheira e administradoras.

A servidora aposentada Vânia Cláudia Resende é a atual presidente do *TJ Criança Abriga*. Uma das conquistas de sua gestão foi a parceria com o projeto Decor Solidário que reformou os ambientes e os móveis da entidade para que ficassem mais aconchegantes e agradáveis para as crianças. O abrigo ficou mais colorido, divertido e confortável.

“A gente se apega a todas as crianças, mas, quando elas são encaminhadas para adoção, ou de volta à família de origem, é motivo de muita felicidade, porque a criança está seguindo o destino dela. É um amor desapegado, um tipo de amor que a gente aprende”, afirma Vânia que se dedica ao trabalho com entusiasmo. “Tenho que devolver à vida o que a vida me deu”, resume.

O *Estatuto da Criança e do Adolescente* determina que a família que perde a guarda de uma criança tem o direito de reavê-la, desde que crie as condições para isso. Então, a entidade de acolhimento faz todo um trabalho de acompanhamento com a família, por meio do trabalho de uma assistente social ou psicóloga. O trabalho envolve aconselhamento e orientação para utilizar o equipamento social disponível para a família, tais como centros de saúde, centros de referência, oficinas de trabalho e ainda orientações pertinentes ao processo que tramita no Juizado da Infância e Juventude.



Uma das conquistas da atual gestão foi a parceria com o Projeto Decor Solidário, que tornou o abrigo mais colorido, divertido e confortável

A psicóloga Alessandra Belmonte, coordenadora do *TJ Criança Abriga*, explica que, caso a família de origem ou a família extensa (parentes como avós, tios, primos e irmãos maiores de idade) não se mostrem capazes de reaver a guarda da criança, ela é encaminhada para adoção. Segundo Alessandra, todo esse processo leva em média dois anos, tempo em que a criança permanece sob a guarda do Estado e sob a responsabilidade do dirigente da instituição de acolhimento.

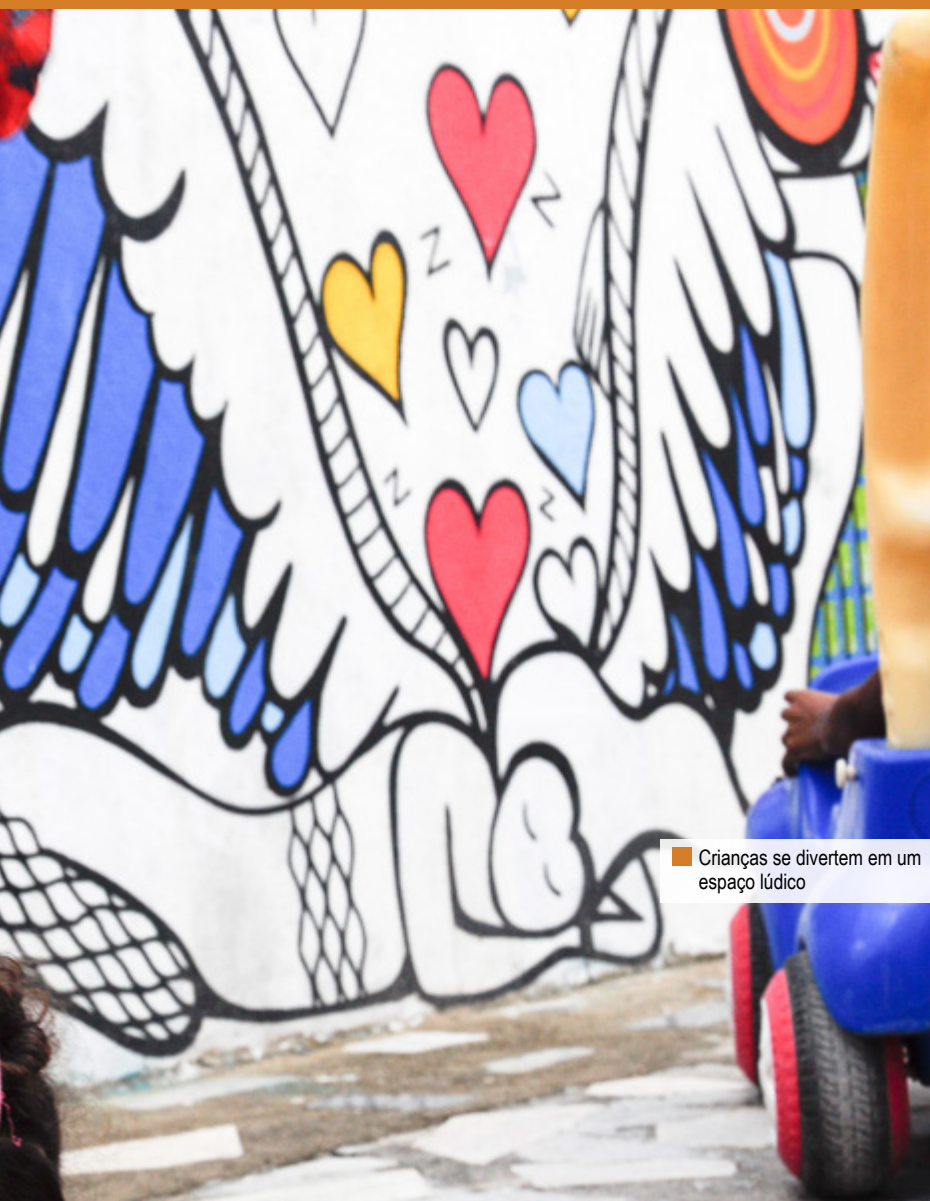
Todo esse trabalho não seria possível sem o apoio dos servidores e magistrados do TJMG que mensalmente contribuem para que o *TJ Criança Abriga* possa continuar traba-

lhando em prol do bem-estar das crianças destituídas do convívio familiar.

O abrigo conta também com vários tipos de voluntários. Há os que doam dinheiro ou objetos e há os que doam tempo para desenvolverem atividades com as crianças. Outros voluntários levam as crianças para o cuidado com a saúde, outros são profissionais da área da saúde como psicólogos, médicos e dentistas. Alguns padrinhos e madrinhas proporcionam momentos de lazer fora do abrigo para as crianças institucionalizadas, em finais de semana e feriados.

O *TJ Criança Abriga* é uma organização não governamental. Em 2011, foi reconhecida como uma instituição

de servidores e magistrados do TJMG



Fotos: Soraila Costa

■ Crianças se divertem em um espaço lúdico



■ A servidora aposentada Vânia Cláudia Resende é a atual presidente do TJ Criança Abriga

Idealizado pela Mão Dupla Comunicação, em parceria com a designer de ambientes Fabiana Visacro, o projeto **Decor Solidário** é uma ação solidária, sem fins lucrativos, que tem como objetivo transformar um espaço comunitário por meio de intervenções estruturais e estéticas realizadas por designers de interiores e arquitetos. Em sua segunda edição, o Decor Solidário repaginou os ambientes do TJ Criança Abriga.

de utilidade pública municipal e isso lhe confere o direito de receber apoio da Prefeitura de Belo Horizonte. Por meio de um termo de cooperação, a prefeitura arca com a folha de pagamento de pessoal e fornece parte da alimentação. As demais despesas são supridas com as doações.

Para ser um voluntário ou fazer doações, faça uma visita ou entre em contato com a entidade, na rua Maria Felipe de Araújo 75, Santa Efigênia, em Belo Horizonte, (31) 3461-5868.

Se você é servidor ou magistrado e quer fazer doações em dinheiro mensalmente, solicite o desconto em folha de pagamento.



■ O abrigo conta com voluntários que desenvolvem atividades com as crianças



Com um repertório que engloba sucessos de bandas como The Beatles, Creedence e Pink Floyd, a *On The Roof Band* atua desde 2010

Banda de magistrados leva música e solidariedade às cidades mineiras

Vanderleia Rosa

Dos gabinetes e sessões de julgamento para os palcos. Nesses momentos, os ritos formais que envolvem a atividade da magistratura cedem espaço à descontração, e a *On The Roof Band*, formada, em sua maioria, por magistrados, contagia o público com a qualidade de sua música em apresentações particulares e *shows* beneficentes. Com um repertório que engloba sucessos de bandas e artistas como The Beatles, Creedence, Pink Floyd, Elvis Presley, entre outros, a *On The Roof Band* atua desde 2010. Divulgando arte e incentivando a solidariedade, a *On The Roof Band* tem percorrido várias cidades de Minas.

Integrante da banda, a juíza auxiliar da Presidência, Lilian Maciel Santos (teclado e vocais), conta que o grupo surgiu de encontros entre amigos e confraternizações informais, em especial, em uma viagem de lazer à Colônia de Férias da Amagis, em Caxambu. “Nem imaginávamos que um dia faríamos apresentações para o público, em grandes eventos propriamente. Os amigos começaram a nos pedir que tocássemos em casamentos, posses, confraternizações de fim de ano, e começamos também a receber convites, nos quais nos foi sugerida uma ação beneficente. Assim, começamos a fazer apresentações para projetos so-

ciais do Rotary, hospitais e asilos em Belo Horizonte, Ferros, Sabinópolis, Capelinha e Lavras, o que nos motivou ainda mais”, completou.

Brincadeira que deu certo

Também o desembargador Versiani Penna (violão, guitarra e vocais), da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, relembra a história da banda: “A escolha do nome *On The Roof Band* (Banda no Telhado) aconteceu depois de ensaios e apresentações em casas de amigos. O nome surgiu de uma brincadeira, já que os ensaios normalmente ocorriam em apartamentos de cobertura. Como a banda dedica-se mais ao *rock*, que remete às músicas de bandas americanas e inglesas, o nome *On The Roof* pareceu-nos ser uma marca chamativa”, explicou o magistrado.

A sensibilidade é uma marca da banda, tanto no tempo dedicado à música, quanto nas horas dedicadas à magistratura, quando seus integrantes precisam definir destinos, estabelecer prioridades, resolver conflitos e realizar a justiça de forma geral. Apesar do desgaste natural trazido pelo esforço de se dedicar a duas atividades tão diferentes, o grupo mantém seu propósito original e não desanima: “Tenho certeza de que a banda continuará, enquanto tivermos o carinho

e a consideração de colegas e amigos” acredita o desembargador.

Para o juiz Fernando de Vasconcelos Lins (baixo e vocais), convocado para atuar na 5ª Câmara Cível do TJ, a música tem o poder de atenuar o estresse que envolve o trabalho de julgar. Os ensaios e apresentações ocorrem geralmente nos finais de semana, de forma a não interferir na atividade dos magistrados.

Sobre projetos futuros, Fernando Lins adianta que a banda pretende se apresentar, no ano que vem, em Belo Horizonte, com o *Coral* e a *Orquestra Infantojuvenil da Coordenadoria da Infância e Juventude* (Coinj) do Tribunal de Justiça, e auxiliar na arrecadação de fundos para viabilizar a apresentação desses jovens na Europa.

Comungando da alegria de participar da banda, o juiz Maurício Pinto Coelho Filho (guitarra solo) diz ser a “experiência gratificante, não só como forma de aliviar a tensão do trabalho, ou seja, fazendo o que nós gostamos, mas também contribuindo para ajudar instituições necessitadas”.

Também integram a banda o professor de violão e guitarra Flávio Escobar Veríssimo (guitarra e vocais) e o funcionário aposentado da Cemig Eustáquio Clemente Fernandes (baterista). O som fica a cargo do servidor do Tribunal de Contas de Minas Gerais Luiz Antônio Soares.